



ANO 14 Nº 10
Outubro de 2005

Carta de

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria da Coordenação e Planejamento
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
Siegfried Emanuel Heuser

Conjuntura FEE

Mudanças estruturais e exportações gaúchas de calçados

As mudanças estruturais ocorridas na indústria calçadista internacional — induzidas pelo ajuste da esfera produtiva às novas condições de produção e pela alteração nas formas de comercialização —, por um lado, e a manutenção de taxas de juros elevadas e câmbio apreciado — para atender ao objetivo de estabilidade macroeconômica no País —, por outro, vêm colocando desafios continuados para os produtores brasileiros de calçados.

Na primeira metade da década de 90, a maior exposição da economia brasileira à concorrência externa, ao mesmo tempo em que se processavam alterações substanciais nas estruturas produtivas, comerciais e financeiras, na maioria dos países, forçou as empresas calçadistas a implantarem programas de ajuste às novas regras de concorrência internacional. Nesse processo, as empresas procuraram reduzir custos e racionalizar a produção, mediante investimentos em processos e produtos. Outra estratégia adotada pelos fabricantes de calçados do RS, que é o principal estado produtor e exportador, foi o deslocamento de plantas para a Região Nordeste do País, em busca de mão-de-obra mais barata. Desse esforço de reestruturação, aliado aos impactos positivos gerados pela estabilização monetária, resultou uma breve fase de recuperação da produção, sem, contudo, atingir os níveis observados no início da década de 90. A continuidade dessa retomada após o ajuste estrutural da indústria foi comprometida, contudo, pela manutenção da taxa de câmbio valorizada por um longo período. Como consequência, observaram-se quedas acentuadas na produção e nas exportações, tanto em valores quanto em número de pares, acarretando perda de participação dos calçados gaúchos no mercado internacional e um aumento das importações de produtos de menor preço, originadas no Sudoeste Asiático. Ao longo da década de 90, esses países ampliaram substancialmente sua representatividade no mercado externo, especialmente a China, beneficiados pelo deslocamento da produção de países e regiões desenvolvidos para locais com disponibilidade de matérias-primas e mão-de-obra abundante.

A desvalorização do real em janeiro de 1999 possibilitou a retomada das exportações, que, no entanto, teve fôlego curto, visto que foi interrompida pela crise argentina e pela desaceleração da economia norte-americana, principais compradores dos calçados gaúchos. A implementação de uma estratégia de diversificação e ampliação do mercado externo em um contexto de encolhimento da demanda interna explica o crescimento das exportações em 2004, favorecido pela melhoria do preço médio do calçado. Tal situação se mantém em 2005, compensando a queda nos volumes exportados.

Os dados de exportações brasileiras de calçados em 2005 registram os efeitos do acirramento da concorrência com a

China e do real sobrevalorizado. A conjugação desses dois fatores vem amplificando as dificuldades encontradas pelos fabricantes brasileiros, que estão perdendo espaço sobretudo no segmento de calçados de preços mais baixos. As perdas são menores no segmento de preços mais elevado, como é o caso dos calçados gaúchos, cujos dados de exportação mostram um pequeno aumento em termos de valor, apesar da queda expressiva no número de pares exportados. Esse comportamento é explicado pelo aumento do preço médio do calçado comercializado, obtido pela fabricação de produtos de maior valor agregado destinados a nichos de mercado. Ou seja, o desempenho das exportações gaúchas nesse cenário desfavorável vem sendo sustentado pela diversificação de mercados e por esforços de fabricação de calçados de maior valor agregado.

Exportações de calçados do RS — 2000/05

ANOS	VALOR (US\$ 1 000 FOB)	PARES (1 000)	PREÇO MÉDIO (US\$)
2000	1 322 259	122 829	10,77
2001	1 344 816	122 345	10,99
2002	1 193 897	116 188	10,28
2003	1 185 759	118 864	9,98
2004	1 321 910	121 909	10,84
Jan.-ago.	879 582	84 128	10,46
2005	932 007	71 840	12,97
Jan.	111 530	10 328	10,80
Fev.	128 199	12 037	10,65
Mar.	112 568	10 832	10,39
Abr.	92 105	8 082	11,40
Mai	104 253	7 485	13,93
Jun.	116 155	7 335	15,84
Jul.	138 884	8 221	16,89
Ago.	128 314	7 519	17,06

FONTE: MDIC/SECEX/DTIC/Sistema Alice.

Maria Lucrécia Calandro (FEE/CEES)

Balança comercial RS-Mercosul

Diferentemente do Brasil, cujo saldo comercial com o Mercosul foi positivo, o RS apresentou déficit no comércio com o bloco, de janeiro a agosto de 2005, em decorrência do comércio com a Argentina, pois, com o Uruguai e o Paraguai, a balança comercial foi favorável ao Estado.

Apesar do saldo negativo com a Argentina, o RS tem enfrentado algumas dificuldades com o protecionismo do país vizinho, especialmente em relação às exportações de calçados, com a imposição de cotas e a recente exigência de licença para a importação dos mesmos. Por outro lado, a Argentina tem sido um importante mercado para as vendas externas de plásticos e máquinas agrícolas pelo RS. Vale destacar ainda o aumento nas importações oriundas do Paraguai, em decorrência do aumento nas compras de trigo, milho, soja e couros.

Até agosto, as principais mercadorias exportadas pelo Estado para o Mercosul foram: plásticos; máquinas agrícolas e suas partes, especialmente tratores e colheitadeiras; óleo diesel; produtos químicos; adubos ou fertilizantes; calçados; produtos de ferro ou aço; pneus; e carnes suína e bovina.

Dentre as mercadorias importadas pelo RS com origem no Mercosul, nos primeiros oito meses de 2005, destacaram-se: combustíveis; veículos automotivos e suas partes; trigo; produtos químicos orgânicos; e couro bovino.

Balança comercial RS-Mercosul — jan.-ago./04 e jan.-ago./05

(US\$ 1 000)				
DISCRIMI- NAÇÃO	EXPOR- TAÇÕES	IMPOR- TAÇÕES	SALDO	CORRENTE COMERCIAL
Argentina				
Jan.-ago./04	544 891	747 672	-202 781	1 292 563
Jan.-ago./05	678 231	998 991	-320 760	1 677 223
Δ%	24,47	33,61	58,18	29,76
Paraguai				
Jan.-ago./04	118 112	4 923	113 189	123 036
Jan.-ago./05	144 552	19 150	125 401	163 702
Δ%	22,38	288,96	10,79	33,05
Uruguai				
Jan.-ago./04	87 173	92 777	-5 604	179 950
Jan.-ago./05	124 104	90 202	33 902	214 306
Δ%	42,36	-2,78	-	19,09
Total				
Jan.-ago./04	750 176	845 373	-95 196	1 595 549
Jan.-ago./05	946 887	1 108 344	-161 457	2 055 230
Δ%	26,22	31,11	69,60	28,81

FONTE: MDIC/SECEX/DTIC, Sistema Alice.

Teresinha Bello (FEE/CEES)

Gestão ambiental e os municípios gaúchos com maior Índice de Potencial Poluidor na Indústria (Inpp-I)

A ação municipal na área ambiental é respaldada por um conjunto de tratados internacionais e instrumentos legais nacionais que enfatizam a importância da gestão local, ao reconhecerem que, como nível de governo mais próximo à população, os municípios desempenham um papel essencial em favor de um desenvolvimento sustentável.

Selecionamos os 10 municípios gaúchos com maior Inpp-I, para examinarmos as suas estruturas administrativas de meio ambiente, contemplando o tipo de órgão municipal e o quadro de funcionários, conforme **Pesquisa Perfil Ambiental dos Municípios Brasileiros — Meio Ambiente 2002** do IBGE.

As informações mostram que, dos 10 municípios “críticos”, seis têm secretarias municipais; os demais possuem de-

partamentos, que contam com aparatos institucionais frágeis, levando-nos a concluir que as organizações municipais para gestão ambiental estão aquém das necessidades.

Com relação ao quadro de funcionários, vemos que, com exceção do Município de Porto Alegre, os demais apresentam falta de pessoal e de capacidade técnica, dado o baixo número de funcionários de nível superior.

A gestão ambiental no âmbito municipal enfrenta muitos problemas, dentre os quais a necessidade de ampliar e qualificar a estrutura administrativa, buscando superar a deficiência da maior parte dos municípios brasileiros para a implementação de políticas de meio ambiente.

Estrutura administrativa de meio ambiente dos 10 municípios com maior Inpp-I no RS — 2002

MUNICÍPIOS	Inpp-I (1)	TIPO DE ÓRGÃO MUNICIPAL	QUADRO DE FUNCIONÁRIOS ATIVOS EM MEIO AMBIENTE		
			Número de Funcionários de Nível Superior	Número de Funcionários de Nível Médio e Auxiliar	Funcionários Contratados Sem Vínculo Empregatício
Canoas	11,36	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	7	81	113
Triunfo	7,33	Departamento ligado à Secretaria de Agricultura	2	-	1
Caxias do Sul	7,11	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	7	64	31
Porto Alegre	5,97	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	120	600	30
Rio Grande	4,08	Departamento ligado à Secretaria de Agricultura	2	4	2
Gravataí	3,97	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	3	3	10
Novo Hamburgo	2,39	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	8	4	6
Santa Cruz do Sul	1,73	Departamento ligado à Secretaria de Planejamento	2	1	2
Bento Gonçalves	1,62	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	2	2	5
Sapucaia do Sul	1,60	Departamento ligado à Secretaria de Planejamento	1	-	9

FONTE: FEE.

IBGE.

(1) Inpp-I de 2001.

Naia Oliveira (FEE/NIS)



Tenha acesso a esta e a outras
publicações em
nossa Home Page
www.fee.rs.gov.br

Carta
de
Conjuntura FEE

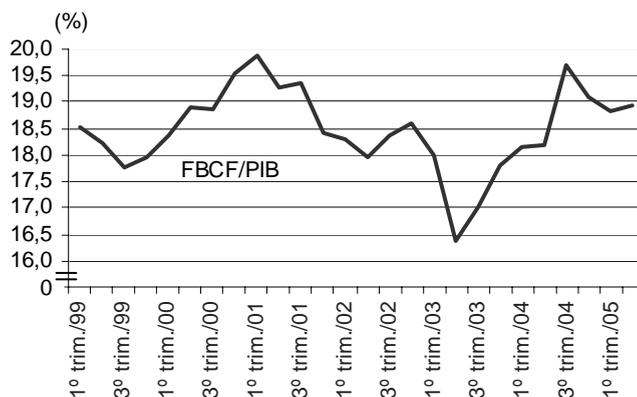
Investimentos: melhora não rompe estagnação

O 2º trim./05 revelou algumas surpresas positivas nas contas nacionais brasileiras divulgadas pelo IBGE. O Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 1,4% frente ao trimestre anterior (resultado ajustado sazonalmente) e 4,3% no acumulado dos últimos quatro trimestres. Esse resultado foi marcado pela recuperação dos investimentos medidos pela Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), a qual, após queda de 3,6% nos primeiros três meses do ano, apresentou um crescimento de 4,5% no 2º trim./05, frente ao anterior, com ajuste sazonal. Por esse resultado, a FBCF representou a primeira fonte de crescimento do PIB no 2º trim./05, superando, inclusive, as exportações. Estas vinham-se constituindo no principal motor da tímida recuperação da economia brasileira. Outros indicadores importantes quanto ao comportamento do investimento, como a importação e a produção interna de bens de capital, também têm mostrado um comportamento positivo em 2005, apresentando crescimento acumulado nos primeiros sete meses do ano de, respectivamente, 28,3% e 2,6%.

O avanço na FBCF, contudo, não rompe com a histórica dificuldade da economia brasileira para ampliar o patamar dos investimentos em relação ao PIB. Até o presente momento, o novo arranjo de política econômica implantado, no País, após 1999 — câmbio flexível, metas de inflação e superávit primário — não foi capaz de impulsionar o investimento produtivo de forma continuada, com o nível da FBCF raramente ultrapassando os 19% do PIB em que se encontra atualmente. Sem

uma vigorosa retomada dos investimentos, o pretense êxito estabilizador da política econômica brasileira não se consubstanciará em aumento expressivo da produção ou melhoria das condições de vida da população.

Participação da FBCF no PIB do Brasil — 1º trim./99-2º trim./05



FONTE: IPEADATA (www.ipeadata.gov.br). Acesso em: 21 set. 2005.

NOTA: Taxa obtida a partir da relação entre os índices de base móvel (ano anterior = 100) da FBCF e do PIB.

André Luís Forti Scherer (FEE/CEES)

A “plena competição” nas telecomunicações

A política de telecomunicações tem por objetivo implantar a “plena competição” até 2005, sem limites de operadoras. A competição entre as empresas prestadoras de serviços de telecomunicações (transmissão, emissão e recepção de símbolos, caracteres, sinais, escritos, imagens, sons ou informações) é uma realidade. A disputa trava-se pela oferta de planos de tarifas e de serviços diferenciados de telefonia local, longa distância nacional (LDN) e internacional (LDI), comunicação de dados, *internet*, etc.

As herdeiras do Sistema Telebrás — Telemar, Brasil Telecom, Telefônica e Embratel — dominam os mercados regionais, controlando as redes e os acessos de telefonia fixa e de celular, através de suas respectivas operadoras Oi, TIM, Vivo e Claro. Os grupos e as empresas procuraram capacitar-se para prover multisserviços, inclusive comunicação de dados, *internet*, etc. A consolidação dessas duas condições — controle das redes e empresas multisserviços — tem por fundamento a convergência de todos os serviços que potencializam o uso das redes.

Fala-se muito em competição equilibrada entre os grupos, tomando por base dados agregados de participação nos acessos e na receita bruta (ver tabela) e a visibilidade na mídia. Quando se considera, no entanto, o indicador “participação nos acessos fixos e celulares” na região-base de cada grupo, observa-se o imenso poder de mercado ou a existência de quase-monopólios privados regionais. O grupo Telemar/Oi controla 76,6% dos acessos fixos e 44% dos acessos fixos e celulares na Região I; o Brasil Telecom/TIM detém 89,9% e 41,8% na Região II; o Telefônica/Vivo controla 89,4% e 68,9% na Região III; e a fusão da Embratel/Vésper/Claro garantiu 20,9% dos fixos e 17,6% no total, na Região I, e 19,6% na Região III, além de mais de 60% dos serviços de LDI.

Conclui-se que os monopólios privados regionais são uma realidade. Esse fato está expresso nos relatórios anuais dos grupos: a Embratel domina os serviços de LDI; a Telemar, a Brasil Telecom e a Telefônica, a telefonia local e os de LDN. Assim, a idéia propalada da “plena competição” nas telecoms carece de melhor qualificação.

Participação percentual no total de acessos dos grupos no mercado de telecomunicações do Brasil — jul./05

GRUPOS	BRASIL (1)			REGIÃO I (2)		REGIÃO II (3)		REGIÃO III (4)	
	Fixos	Fixos e Celulares	Receita Bruta	Fixos	Fixos e Celulares	Fixos	Fixos e Celulares	Fixos	Fixos e Celulares
Telemar/Oi	35,2	19,9	22,6	76,6	44,0	-	12,4	-	-
Brasil Telecom/TIM	21,7	21,3	22,0	-	14,1	89,9	41,8	-	10,6
Telefônica/Vivo	26,8	35,2	33,6	-	14,5	-	29,2	89,4	68,9
Embratel/Vesper/Claro	12,3	17,8	16,6	20,9	17,6	-	13,3	8,9	19,6
Subtotal	95,9	94,2	94,8	97,5	90,2	89,9	96,7	98,4	99,1
Telemig/Amazonas Celular	-	3,4	2,0	-	8,3	-	-	-	-
CTBC Telecom	1,7	1,3	-	2,5	1,5	0,4	0,2	1,6	0,9
Sercomtel	0,3	0,2	-	-	-	1,4	0,6	-	-
GVT	2,0	0,9	-	-	-	8,4	2,5	-	-
Outros	3,2
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE DOS DADOS BRUTOS: www.Anatel.gov.br

(1) Dados de 2004. (2) RJ, MG, ES, BA, SE, AL, PE, PB, RN, CE, PI, MA, PA, AP, AM e RR. (3) RS, DF, GO, MT, RN, AC, MS, PR e SC. (4) SP.

Renato Antonio Dal Maso (FEE/CEES)

A renda dos ocupados no primeiro semestre

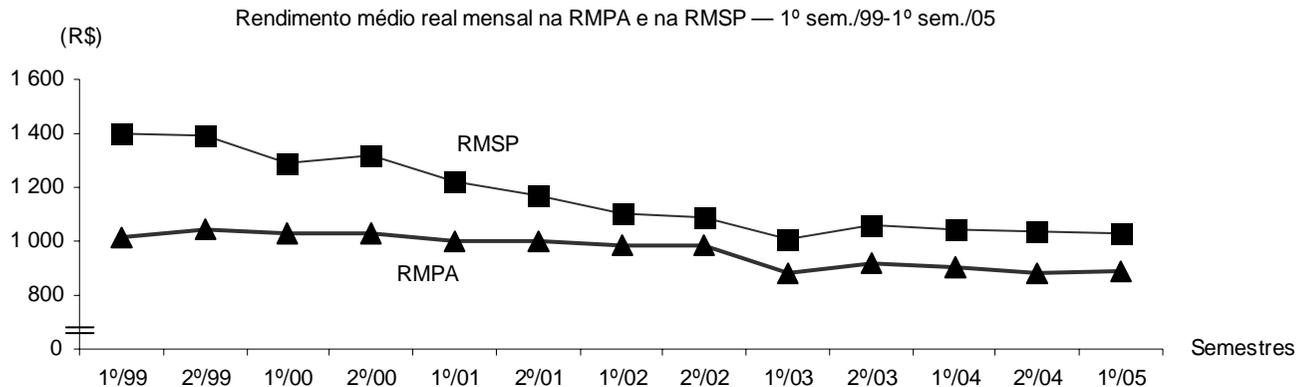
Analisando os dados de rendimentos médios mensais por semestres, a partir da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) nas Regiões Metropolitanas de Porto Alegre (RMPA) e de São Paulo (RMSP), desde o ano de 1999 até o primeiro semestre de 2005, pode-se observar a grande queda no indicador renda no trabalho principal. Enquanto a renda média real dos ocupados na RMPA diminuiu 12,2% em relação ao 1º sem./99, na RMSP, a queda acumulada nesse mesmo período foi bem mais acentuada, indo além de 26%.

Com relação aos movimentos observados na série semestral, a partir de 1999 até 2005, é possível observar algumas diferenças e semelhanças no comportamento das duas regiões analisadas. O momento em que começa a ocorrer a queda do rendimento médio real dos ocupados é diferente nas duas. Enquanto a RMPA apresentava um resultado ainda favorável até o ano 2000, para somente em 2001 começar a apresentar queda, a RMSP, já em 1999, havia iniciado o movimento de queda que persiste até hoje. De forma semelhante, os índices de rendimentos com base no 1º sem./99 atingiram os patamares mínimos no 1º semestre de 2003, tanto na RMPA como na RMSP. Atualmente, as duas regiões apresentam um rendimento médio muito próximo ao do menor patamar.

Para detalhar o movimento dos rendimentos médios reais dos segmentos de ocupados na RMPA, optou-se por analisar a variação do 1º sem./05 em relação ao 1º sem./99. No que diz

respeito aos diferentes setores de atividade, os ocupados que tiveram maior perda no rendimento, nos últimos seis anos, foram os do comércio e os da construção civil (21,4% e 18,4% respectivamente), enquanto a menor foi observada entre os trabalhadores da indústria de transformação (4,9%). Vale ressaltar que a indústria foi o setor que apresentou maior evolução no nível de ocupação, tendo o seu número de ocupados crescido 20% no período considerado. Já a construção civil mantém, atualmente, o mesmo número de ocupados de seis anos atrás. No que se refere à posição na ocupação, o movimento mais impressionante verificou-se entre os assalariados do setor público. Dentre estes, os estatutários apresentaram um acréscimo de 5,6% no rendimento médio real, enquanto os não-estatutários somaram uma perda superior a 20%. Quanto ao nível de ocupação, ocorreu crescimento de 14% entre os assalariados do setor público, ficando abaixo da média de ocupação total, que cresceu 17%.

Com relação à faixa etária, não houve diferenças relevantes na variação do rendimento médio real, pois todos os grupos etários apresentaram quedas semelhantes. Já quando se observa o grau de instrução, isso não acontece, pois os ocupados com nível superior completo foram os menos afetados pela perda no rendimento, apresentando queda de 13,7%, contra uma retração de 25,4% dos ocupados com ensino médio completo, que foram os que apresentaram maior perda.



FONTE: PED-RMPA — Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

NOTA: Valores em reais de jun./05; foram utilizados como inflatores o IPC-IEPE e o ICV-DIEESE.

Jéferson Daniel de Matos (FEE/CPED)

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 28.09.05).

ISSN 1517-7262

A Carta de Conjuntura FEE é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria da Coordenação e Planejamento.

Tiragem: 1.200 exemplares.



Fundação de Economia e Estatística
Siegfried Emanuel Heuser

Presidente: Aod Cunha de Moraes Junior

Diretor Técnico: Álvaro Antônio Louzada Garcia

Diretor Administrativo: Antonio Cesar Gargioni Nery

Conselho Editorial da Carta: Álvaro Antônio Louzada Garcia, Adalberto Alves Maia Neto, Octavio Augusto Camargo Conceição e Roberto da Silva Wiltgen.

Núcleo de Dados: Marilene Gauer (coordenação), Ana Maria de Oliveira Feijó e Jussara Lima do Nascimento.

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser
Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre
CEP 90010-283

E-mail: conjuntura@fee.tche.br
www.fee.rs.gov.br

Editoração

Supervisão: Valesca Casa Nova Nonnig.

Revisão

Coordenação: Roselane Vial. Revisores: Breno Camargo Serafini, Rosa Maria Gomes da Fonseca, Sidonia Therezinha Hahn Calvete e Susana Kerschner.

Editoria

Coordenação: Ezequiel Dias de Oliveira. Composição, diagramação e arte final: Cirei Pereira da Silveira, Denize Maria Maciel, Ieda Koch Leal e Rejane Maria Lopes dos Santos. Conferência: Elisabeth Alende Lopes e Rejane Schmitt Hübner. Impressão: Cassiano Osvaldo Machado Vargas e Luiz Carlos da Silva.